

V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS

A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), estabelecida pela Assembléia Geral em 1986, tem por base os princípios e objetivos enunciados no Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, bem como o estabelecido na Estratégia Antidrogas no Hemisfério, aprovada pela Comissão em 1996 e pela Assembléia Geral em 1997. É um foro hemisférico que habilita os Estados membros a avaliar políticas e estratégias e a intercambiar idéias e experiências sobre o problema das drogas. Seus objetivos principais são ampliar e fortalecer a capacidade dos Estados membros para reduzir a demanda de drogas, prevenir seu uso indevido e combater sua produção e tráfico ilícitos, e promover uma resposta interamericana apropriada mediante a intensificação das atividades regionais em matéria de pesquisa, especialização de pessoal e prestação de assistência mútua.

O Programa Antidrogas da CICAD divide-se nas seguintes sessões e unidades: Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), Redução da Demanda, Redução da Oferta e Aplicação de Medidas de Controle, Desenvolvimento Alternativo, Desenvolvimento Jurídico, Fortalecimento Institucional e Observatório Interamericano sobre Drogas.

Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)

No seu Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, realizado em Washington, D.C., de 29 de abril a 2 de maio de 2003, a CICAD examinou e aprovou os indicadores revisados para a Terceira Rodada de Avaliação (2003-04) do MAM e, no seu Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões, realizado em novembro de 2003, em Montreal, Canadá, a Comissão aprovou a incorporação de dois novos indicadores referentes ao tema do crime organizado transnacional, propostos pela Primeira Reunião Interamericana sobre Mecanismos de Cooperação contra o Crime Organizado, realizada na cidade do México, de 6 a 8 de outubro de 2003.

Cumprindo o objetivo do MAM de promover a cooperação internacional e melhorar os programas de controle de drogas dos países, a Comissão considerou 123 pedidos de assistência financeira e técnica, dos quais decidiu financiar 14 projetos de alta prioridade em epidemiologia e redução da demanda. Dessa forma, o MAM fecha um ciclo completo de avaliações e recomendações, seguidas de uma programação específica e priorizada, tendente a identificar as áreas em que os países possam registrar importantes avanços.

O Grupo de Peritos Governamentais (GPG) do MAM reuniu-se em Brasília, Brasil, em novembro de 2003, para analisar a informação apresentada pelos países sobre o progresso alcançado na implementação das recomendações formuladas pela CICAD em janeiro de 2003. O GPG, em sua reunião de fevereiro de 2004, preparou os relatórios de andamento que serão considerados pela Comissão em sua reunião de maio de 2004.

Também em outubro de 2003, ofereceu-se capacitação sobre o processo do MAM a representantes das entidades coordenadoras nacionais e apresentou-se o novo questionário para a terceira etapa de avaliação, que inclui o novo *software* baseado na Internet para processar a informação enviada pelos países.

Redução da demanda

O Programa de Redução da Demanda da CICAD atribui prioridade, por meio de seus programas e projetos, ao treinamento de profissionais no campo da prevenção e tratamento do uso indevido de drogas, e ao fortalecimento das instituições que trabalham com esses temas. Conseguiu-se incorporar aos programas de pré e pós-graduação de 14 escolas de enfermagem na América Latina importantes componentes sobre prevenção sobre o uso de drogas e reinserção social dos ex-dependentes, com um total de 11.500 estudantes atualmente treinados. O Primeiro Programa do Mestrado Internacional *on-line* em Dependência de Drogas, preparado pela CICAD e por um grupo de universidades espanholas e latino-americanas, formará sua primeira turma no terceiro trimestre de 2004.

O Grupo de Peritos sobre Redução da Demanda reuniu-se em outubro de 2003 e aprovou e lançou o primeiro Guia Prático para a Organização de um Sistema Integral de Tratamento da Dependência de Drogas, publicado em fevereiro de 2004, que ajudará os países a oferecer tratamento adequado às necessidades dos pacientes.

A CICAD está colaborando com os países em seus esforços para mitigar o crescente problema das quadrilhas e da violência relacionadas com o tema das drogas e, nesse sentido, destinou contribuições aos Governos de El Salvador e Honduras para reforçar seus programas de reabilitação de ex-membros de quadrilhas. No momento, com o apoio da CICAD, realiza-se em El Salvador um estudo sobre a situação das quadrilhas neste país e sua relação com o tráfico de drogas.

Em 2003, executou-se em Belize um projeto destinado a oferecer alternativas à reclusão para infratores dependentes de drogas processados por delitos menos graves. Essa experiência será compartilhada com outros países por ocasião de um workshop a ser realizado em março de 2004, no Caribe. Além disso, seguindo recomendações do MAM, a CICAD colaborou financeira e tecnicamente com a Costa Rica, a Guatemala, o Peru e São Vicente e Granadinas em projetos prioritários de redução da demanda.

Redução da oferta e medidas de controle

Na área da redução da oferta, ofereceram-se quatro cursos de capacitação em controle de drogas e precursores químicos, dos quais participaram oficiais aduaneiros, policiais e portuários. Em 2003, a CICAD continuou a apoiar a Academia de Inteligência Antidrogas, sediada em Lima, Peru, por meio de dois seminários de capacitação em temas relacionados com a inteligência operacional e estratégica, do qual participaram seis países da América Latina. Também levou-se a cabo um programa especializado sobre inteligência operacional em Quito, Equador. Os diretores da Escola estão elaborando um plano estratégico para a expansão do programa a outros países.

Pelo fato de os traficantes estarem aproveitando os portos e vias marítimas para transportar drogas ilícitas e seu contrabando conexo, a CICAD realizou um estudo de alcance hemisférico para identificar as tendências atuais do tráfico marítimo, as rotas e métodos utilizados e os problemas enfrentados pelos programas de controle dos países. No seu Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões, a CICAD aprovou a criação de um grupo sobre segurança e cooperação marítimas.

O MAM recomendou a muitos Estados membros a melhoria do seu controle de distribuição e uso de substâncias químicas e produtos farmacêuticos e, em 2003, os dois Grupos de Peritos que se

ocupam destes temas, reunidos em Brasília, formularam recomendações detalhadas aos países para a melhoria de suas capacidades nesse campo. Em outubro de 2003, representantes de dez Estados membros reuniram-se com seus homólogos europeus no âmbito da Conferência Européia sobre Prevenção do Desvio de Precursores Químicos de Drogas, realizada em Valencia, Espanha, e examinaram as razões pelas quais não funciona adequadamente o sistema de notificações prévias sobre a exportação dessas substâncias, inclusive a falta de resposta dos países. Acordaram-se algumas medidas para o futuro melhoramento do processo, inclusive a atualização constante da lista dos pontos de contato.

Também na área da redução da oferta, a CICAD colaborou com o Governo do México na realização da Primeira Reunião Interamericana sobre Mecanismos de Cooperação para a Luta contra o Crime Organizado, realizada em outubro de 2003. A Comissão, no seu Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões, decidiu formar um grupo *ad hoc*, com participação aberta a todos os membros, para estudar o tema do crime organizado, seus vínculos com o problema das drogas e as atividades da CICAD, e informar suas conclusões à Comissão, por ocasião do seu Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões.

Desenvolvimento alternativo

A Unidade de Desenvolvimento Alternativo da CICAD executa e coordena programas de desenvolvimento em regiões de produção de cultivos ilícitos, tais como Bolívia, Colômbia, Jamaica e Peru. Também implementa programas em áreas de produção potencial de cultivos ilícitos e/ou áreas de êxodo de mão-de-obra, como é o caso do Equador e da Dominica. Os programas têm sido enquadrados em um contexto de desenvolvimento alternativo tradicional. Contudo, esse conceito evoluiu para sua extensão até o desenvolvimento alternativo preventivo. Em 2003, acordou-se com o Governo da Colômbia um estudo sobre o programa de aspersão aérea no país, a ser realizado em 2004, e que analisará o impacto do programa sobre a saúde humana e o meio ambiente. Na fronteira norte do Equador, a CICAD colaborou com um projeto inovador de desenvolvimento alternativo preventivo.

A CICAD também participou no âmbito político das estratégias de desenvolvimento alternativo nos Estados membros. Essa participação reflete-se em atividades de fortalecimento institucional desenvolvidas pela CICAD e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para um diagnóstico da Comissão Nacional para o Desenvolvimento e a Vida Sem Drogas (DEVIDA). O diagnóstico produziu recomendações referentes a leis internas, cooperação interinstitucional e gestão de projetos – com importantes resultados, já que DEVIDA agora participa do Conselho de Ministros. Além disso, a CICAD empenhou-se em reorientar a tarefa de desenvolvimento alternativo no contexto da luta antidrogas. Assim, com a ajuda de especialistas peruanos que trabalham em diversas áreas relacionadas com o desenvolvimento do tráfico de entorpecentes (economia, sociologia, etc.), está sendo preparado um documento que servirá de insumo para um painel de peritos internacionais que considerará a melhor maneira de atingir um nível de desenvolvimento econômico suficiente para desencorajar os cultivos ilícitos. Finalmente, mediante o esquema de avaliação de projetos que está sendo aplicado pela Comissão da CICAD, levou-se a cabo em 2003 a avaliação do Instrumento de Avaliação e Administração Integrada do Uso da Terra (GLEAM). Os resultados da avaliação do GLEAM determinaram uma série de recomendações com vistas à implementação desse projeto.

Desenvolvimento jurídico

O Programa de Desenvolvimento Jurídico da CICAD deu ênfase ao controle de armas de fogo, suas peças, componentes e munições, mediante a introdução de emendas ao Regulamento Modelo

para Fortalecer o Controle das Atividades dos Intermediários de Armas. Também preparou um *software* para tramitar as licenças e notificações estipuladas no Regulamento Modelo, a ser implantado nos Estados membros em 2004.

Lavagem de ativos

Grupo de peritos. O Grupo de Peritos reuniu-se em junho e novembro. Suas recomendações foram adotadas pela CICAD no seu Trigésimo Quarto Período de Sessões e serão submetidas à consideração da Assembléia Geral. Destacam-se as modificações nos seguintes pontos do Regulamento Modelo: a) Delito de financiamento do terrorismo; b) Bloqueio de bens do terrorismo; c) Controle de redes informais de remessa de dinheiro; e d) Medidas para dar eficácia aos confiscos.

Atividades de treinamento. O número de cursos para o Sistema Judiciário (Projeto BID-CICAD) na Argentina e no Uruguai foi duplicado em maio e agosto, respectivamente. Iniciaram-se projetos no Brasil e na Colômbia, cujos cursos serão oferecidos no primeiro e segundo trimestres de 2004.

Com o apoio do Governo da França, realizaram-se na Bolívia, Argentina e Uruguai cursos sobre aspectos econômicos e financeiros da lavagem de ativos e do financiamento do terrorismo. Nas mesmas bases, preparou-se um projeto hemisférico que contará com a colaboração da França e do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE).

Com base em um exercício de tipologia sobre o Caso Montesinos, realizado pelo Grupo de Peritos, consultores argentinos, peruanos e estadunidenses ofereceram um curso sobre a recuperação de ativos da corrupção e a lavagem de ativos para juízes, promotores e policiais da Argentina. O Governo argentino comprometeu-se a replicar o curso no Uruguai.

Assistência Técnica. No âmbito do Programa BID-CICAD de Fortalecimento das Unidades de Inteligência Financeira (UIFs) iniciado em 2002, realizaram-se as seguintes atividades:

Análise e avaliação dos planos estratégicos apresentados pelos países beneficiários; desenvolvimento do Plano Estratégico Geral do Projeto; e desenvolvimento de perfis dos consultores por áreas de intervenção.

Entre os produtos apreciáveis do Programa ou pelo mesmo influenciados, podem-se mencionar os seguintes:

A Bolívia participou de vários cursos sobre tipologias de lavagem de ativos e financiamento do terrorismo.

O Chile já aprovou uma nova lei de combate à lavagem de ativos que estabelece uma Unidade de Inteligência Financeira (dezembro de 2003).

O Equador apresentou um novo projeto de lei sobre lavagem de ativos que prevê a criação de uma nova Unidade de Inteligência Financeira. A CICAD desempenhou um papel fundamental na preparação e revisão dessa iniciativa (fevereiro de 2004).

A Venezuela realizou um estudo sobre as necessidades organizacionais da Unidade de Inteligência Financeira, que servirá de base para sua transformação no âmbito do projeto.

A Argentina definiu o quadro de pessoal da Unidade de Inteligência Financeira, até então formado por pessoal em cargo de comissão. A definição foi aprovada mediante decreto executivo em dezembro de 2003.

Já se definiram para o Peru os termos de referência e a seleção de consultores que determinarão as necessidades de desenvolvimento organizacional e das comunicações.

O Brasil já definiu as necessidades de aquisição de equipamentos de informática para a atualização dos seus sistemas de informação. Está em andamento o processo de licitação. No Uruguai, definiu-se o quadro ideal de pessoal em função das características do país. Na qualidade de observador, a CICAD participou da missão de avaliação realizada ao Equador pelo Grupo de Ação Financeira da América do Sul (GAFISUD). Também nessa qualidade, informou ao Plenário do GAFISUD os resultados legislativos da missão. Finda a avaliação, prestou assistência técnica ao Equador na redação da Lei Nacional de Combate à Lavagem de Ativos.

Fortalecimento institucional das Comissões Nacionais de Drogas

Em 2003, o Programa de Fortalecimento das Comissões Nacionais de Drogas apoiou a Colômbia, o Equador e a Venezuela no desenvolvimento e implantação de seus observatórios nacionais sobre drogas e iniciou o projeto de descentralização das estratégias nacionais antidrogas para os municípios, com o apoio do Governo da Espanha. Este projeto oferece cooperação aos Escritórios Centrais das CNDs e dos municípios selecionados (até cinco municípios) em cada país, em matéria de treinamento e equipamento das unidades destinadas à descentralização e desenvolvimento de planos municipais em prevenção do uso indevido de drogas.

Colaborou-se também com o Governo do Haiti na preparação de sua Estratégia Nacional de Controle de Drogas, que foi concluída em 2003. O Secretário-Geral, em reunião com o Presidente da Bolívia, em fevereiro, ofereceu a assistência da CICAD para a elaboração de um novo plano nacional de controle de drogas, escrituração de terras e solução de disputas sobre demarcação de terras em Los Yungas, e o fortalecimento da Comissão Nacional de Drogas (CONALTID). Em 2003, apesar dos conflitos entre o Governo da Bolívia e os produtores de coca, foi possível registrar alguns progressos nestes temas.

Observatório Interamericano de Drogas

A Unidade de Estatística, Pesquisas e Informação da CICAD e o Observatório Interamericano de Drogas (OID) prepararam novas metodologias para levantamentos de consumo de drogas (SIDUC) utilizáveis para domicílios, estudantes universitários e pacientes de centros de reabilitação e salas de emergência, e proporcionou assistência técnica e financeira a uma variedade de levantamentos sobre o consumo de drogas em 13 países, muitos dos quais em atendimento a pedidos de assistência prioritária do MAM, formulados pelos Estados membros. Publicou-se o Resumo Estatístico sobre Drogas 2003, com informação sobre apreensões de drogas, produtos químicos, imóveis, erradicação de cultivos e detenção de pessoas por delitos relacionados com drogas, bem como um estudo comparativo do consumo de drogas baseado em levantamentos junto a estudantes de sete capitais na América Latina.

Em conjunto com a Escola de Medicina da Universidade Robert Wood Johnson, o projeto destinado a ajudar os Estados membros a calcular o custo humano, social e econômico das drogas em seus países produziu uma série de estimativas de custos nos quatro países piloto e completou o manual de instrução para habilitar outros Estados membros interessados nessa iniciativa.

O OID lançou um boletim eletrônico trimestral para a divulgação de pesquisas, estudos e outros projetos de interesse relacionados com drogas, que estão sendo executados nos Estados membros; em Belize, aplicou experimentalmente um protótipo de cinco tecnologias avançadas para ajudar a regulamentar a imigração em fronteiras remotas; iniciou uma colaboração com o Observatório francês para um projeto conjunto destinado a ajudar seis países do Caribe a detectar tendências emergentes no campo das drogas; e, em conjunto com a Agência Interamericana de Cooperação e

Desenvolvimento, ofereceu bolsas para funcionários governamentais de países de idioma espanhol que trabalham no tema das drogas, para sua participação no curso oferecido *on-line* sobre desenvolvimento de estratégias de governo eletrônico.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

A Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), estabelecida pela Assembléia Geral em 1994, é uma entidade dotada de autonomia técnica no desempenho de suas funções, dentro dos limites fixados na Carta da OEA, em seu Estatuto e nos mandatos da Assembléia Geral. É o principal organismo assessor da OEA em matéria de telecomunicações e sua missão é facilitar e promover o desenvolvimento contínuo das telecomunicações no Hemisfério.

Em 2003, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) continuaram a modernizar-se aceleradamente, abrindo numerosas oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo da região e o crescimento de suas economias. Não obstante, todos sabemos das disparidades de custo e acesso em matéria de tecnologia nos países e entre os países da região, e da grave situação enfrentada pela indústria das telecomunicações, que ainda está por recuperar-se da queda sofrida pelas economias mundiais, iniciada com a desintegração da “bolha” das empresas dot.com no começo do ano 2000.

A transição para a sociedade da informação e do conhecimento implica importantes desafios para uma organização como a CITEL, que é um foro de reunião entre o governo e o setor privado para impulsionar o desenvolvimento das TIC. Podemos citar, entre outros:

a necessidade de estabelecer pautas para que essa transição seja eficiente e equitativa;
selecionar os principais temas que se prestem ao desenvolvimento de uma efetiva cooperação regional, com vistas a diminuir a heterogeneidade da região em termos de difusão das TIC;
apoiar o estabelecimento de um quadro regulador e institucional adequado para reduzir as barreiras de ingresso e assegurar uma concorrência efetiva entre os provedores de serviços para maximizar os benefícios;
capacitar as pessoas que trabalham no campo das telecomunicações em temas relacionados com este setor, para ajudar os países a adaptar-se às rápidas mudanças de cenário e manter-se atualizados;
preservar e promover a diversidade cultural e lingüística dos povos; e
garantir a equidade de gênero no acesso à informação e ao conhecimento.

Os programas da CITEL têm por objetivo gerar maior consciência sobre o papel das telecomunicações no desenvolvimento econômico e social da região e formular pautas referentes a questões críticas. Em 2003, a fim de atacar os desafios que se apresentam na esfera das telecomunicações, a CITEL realizou uma série de atividades para melhorar sua capacidade de atendimento das necessidades dos Estados membros e membros associados. As principais medidas adotadas pela CITEL nesse período foram as seguintes:

Seguimento e divulgação da Agenda de Conectividade para as Américas e do Plano de Ação de Quito

A Agenda de Conectividade para as Américas e o Plano de Ação de Quito, preparados pela CITEL contêm os princípios, premissas, definições e objetivos para o aproveitamento de oportunidades e estabelecem os procedimentos para a formulação e execução de atividades relativas à conectividade, com uma concepção multisetorial. Em 2002, esses documentos foram enviados à Secretaria do Processo de Cúpulas, que foi solicitada a decidir sobre as ações apropriadas para promover o desenvolvimento e a subseqüente implementação, de acordo com as necessidades de cada Estado membro. Trata-se de um assunto que supera a capacidade de

execução das autoridades de telecomunicações por si sós, razão pela qual o setor promove a união de forças de todas as organizações regionais e internacionais e do setor privado para facilitar a integração do Hemisfério e oferecer aos cidadãos das Américas oportunidades para a realização do seu potencial humano.

Capacitação de profissionais de telecomunicações

Levando em conta a crescente necessidade de pessoal capacitado e especializado para enfrentar as circunstâncias cambiantes das telecomunicações, a CITEI tem trabalhado com centros reconhecidos de treinamento da região e, em particular, com o Centro de Excelência para as Américas, da União Internacional de Telecomunicações (UIT), a fim de proporcionar programas de treinamento adequados para profissionais de telecomunicações da América Latina. Em 2003, ofereceram-se nove cursos (à distância e presenciais) sobre política, regulamentação e gestão e tecnologia das telecomunicações, concedendo-se, para tanto, quase 280 bolsas de estudo em toda a região.

Políticas e regulamentação das telecomunicações

As reformas estão transformando as estruturas industriais e governamentais do setor das TIC em todo o mundo, o que exige ações dos reguladores responsáveis pela proteção dos consumidores, a prevenção de abusos contra a livre concorrência e a consecução de objetivos nacionais como o acesso universal e o crescimento da produtividade econômica. A CITEI e a UIT começaram a atualizar o Livro Azul sobre Políticas de Telecomunicações para as Américas, instrumento básico e fundamental para pôr em prática um regime que permita enfrentar os problemas e demandas implícitos ao objetivo político de formar uma sociedade de informação mundial, entre os quais podemos citar as crescentes dificuldades de interconexão, serviço/acesso universal, harmonização do espectro e introdução da banda larga.

Os adiantamentos tecnológicos e a convergência de serviços contribuem para aumentar em todo o mundo o uso da banda larga via satélite, já que este é um dos meios mais adequados para atingir regiões que carecem de acesso terrestre. A CITEI aprovou recentemente uma recomendação que visa a assessorar as administrações na introdução de regulamentações apropriadas para serviços por satélite, a fim de promover o desenvolvimento dos serviços de banda larga por essa via. Também criou-se uma página na Internet, que especifica as leis e regulamentações que regem a prestação de serviços via satélite e oferece toda a informação necessária para que os interessados possam solicitar licenças nos países das Américas.

Para facilitar às autoridades a formulação de políticas que impulsionem o desenvolvimento das redes e serviços de telecomunicações, levando em conta os serviços avançados de telecomunicações e as vantagens da evolução rumo a uma infra-estrutura nacional de banda larga, estão sendo preparados estudos e recomendações que incluem a rede de acesso aos usuários finais para permitir que se beneficiem de serviços avançados. Destaquem-se também os estudos em andamento sobre as políticas governamentais e experiências na gestão dos ccTLD na região, a análise comparativa de experiências sobre banda larga e o relatório técnico sobre voz e IP.

Como resultado da informação intercambiada na Conferência da OEA sobre a Segurança Cibernética (agosto de 2003, Buenos Aires, Argentina), a CITEI, a Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA) e o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) prosseguirão suas atividades para formular uma estratégia de segurança cibernética. Nesse sentido, a Comissão Consultiva Permanente I, Normalização das Telecomunicações (CCP.I), estabeleceu um programa de trabalho para cumprir

as responsabilidades que lhe foram atribuídas e está estudando as melhores práticas regionais de proteção da infra-estrutura.

Avaliação da conformidade dos equipamentos de telecomunicações e coordenação de normas

Para obter economias de escala, reduzir o tempo requerido para a introdução no mercado e diminuir os custos, simultaneamente com o cumprimento dos regulamentos técnicos nacionais, a CITELE tem desenvolvido atividades referentes aos acordos de reconhecimento mútuo e coordenação de normas técnicas. Como já foi informado, elaborou-se e aprovou-se um acordo de reconhecimento mútuo para avaliar a conformidade dos equipamentos de telecomunicações (ARM) e está em andamento uma análise para harmonizar os trâmites correspondentes à avaliação da conformidade de equipamentos de telecomunicações na região, mediante a preparação do Livro Amarelo. Vários países já estão participando de suas fases, ao passo que outros estão adotando medidas para pôr em prática o ARM elaborado pela CITELE, inclusive a adaptação de leis e regulamentos nacionais, conforme necessário. No que se refere à coordenação de normas técnicas, destacam-se os últimos documentos aprovados de coordenação de normas relativos a telecomunicações móveis internacionais (IMT-2000). Também foi aprovado um caderno técnico que inclui uma explicação detalhada de redes da próxima geração.

A Cúpula das Américas afirmou a necessidade de uma rápida divulgação da tecnologia da informação e da conectividade. A CITELE reconheceu que a radiodifusão de televisão digital terrestre oferece novas formas de acesso à informação e, para compartilhar essa tecnologia, aprovou uma resolução em que se acorda a adoção e aplicação prática de uma norma hemisférica comum para esse tipo de radiodifusão, que incentiva os Estados membros da OEA trabalhar para que a transição da televisão por terra, da tecnologia analógica para a digital, seja a mais rápida possível.

Preparação de posições comuns do Hemisfério em reuniões internacionais

A CITELE sempre destacou a necessidade de que a região conte com um ponto de vista harmonizado, como se pode apreciar nas mais de 270 propostas interamericanas conjuntas formuladas perante a Conferência Mundial de Radiocomunicações, realizada em 2003, em que os Estados membros da Conferência se reuniram para examinar o Regulamento de Radiocomunicações, tratado internacional que contém atribuições de frequências para mais de 40 serviços de radiocomunicações, que vão desde os serviços de rádioamador e radiocomunicação profissional até as tecnologias móveis sem fio e as comunicações via satélite.

Além disso, iniciaram-se os trabalhos preparatórios da Assembléia Mundial de Normalização das Telecomunicações da UIT, a ser realizada em 2004 (AMNT-04), e da Conferência Mundial das Telecomunicações Internacionais, prevista para 2006 ou 2007 (CMTI). A AMNT-04 é o foro em que se coordena o desenvolvimento de normas mundiais e redes e serviços de telecomunicações. A CMTI reveste importância especial por ter como propósito adotar, em escala mundial, normas para a distribuição dos recursos dos serviços internacionais de telecomunicações, inclusive o estudo dos problemas associados às interconexões internacionais da Internet e dos serviços que utilizam IP.

Fortalecimento da coordenação entre organismos sub-regionais, regionais e internacionais

Grande número de organismos já estabeleceu programas voltados para o desenvolvimento das tecnologias da informação (TIC). A cooperação entre a CITELE e os organismos internacionais e regionais continua a crescer como meio para melhorar a eficiência, evitar a duplicação de

esforços e reduzir o tempo de solução de conflitos, em virtude da consideração prematura de diversas questões. A CITEI estabeleceu acordos de cooperação em temas de interesse comum com as seguintes entidades: Associação Hispano-Americana de Centros de Pesquisa e Empresas de Telecomunicações (AHCIET); Associação Latino-Americana de Telecomunicações Móveis (ALACEL); Associação de Empresas de Telecomunicações do Acordo Sub-Regional Andino (ASETA); *Alliance for Telecommunications Industry Solutions* (ATIS); Comitê T1 (EUA); *African Telecommunications Union* (ATU); *Caribbean Latin American Action* (C/LAA); *CMDA Development Group* (CDG); Conferência Européia de Administrações de Correios e Telecomunicações (CEPT); Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações (ETSI); Foro Global VSAT; Federação Internacional de Astronáutica (IAF); Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); *Telecommunications Industry Association* (TIA) (EUA); Federação Regional de Comunicações de Estados Independentes (RCC); União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP); e União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Apoio ao intercâmbio de informação e de melhores práticas entre os Estados membros e membros associados para poder enfrentar as mudanças no cenário das telecomunicações

Este objetivo guarda relação com o papel que a CITEI desempenha tradicionalmente como foro para o apoio mútuo de seus Estados membros e membros associados.

A prática do atendimento médico está passando por uma extraordinária transformação nas Américas. A existência e o custo cada vez mais acessível de tecnologias de telecomunicações permite estender o acesso aos serviços de saúde e melhorar sua qualidade para maior número de pessoas. Concluiu-se o Livro da Telesaúde nas Américas, em que se recomendam políticas e estratégias nesse sentido, para sua adoção pelos Estados membros da OEA. Trata-se do resultado de atividades realizadas em conjunto pela CITEI, a UIT e a OPAS em benefício de toda a região.

No âmbito das Comissões Consultivas Permanentes, também foi possível incrementar a transferência de conhecimentos especializados e o intercâmbio de experiências não apenas mediante seminários, como também discussões em foros eletrônicos e mesas-redondas. Essas Comissões contam atualmente com mais de 190 membros associados, cuja participação em seus trabalhos tem sido um fator determinante para o cumprimento dos mandatos. No âmbito da CCP.I (Normalização das Telecomunicações), destacam-se em particular: o seminário realizado para efetuar uma análise geral do estado de avanço da implementação dos ARM e conhecer as experiências de vários países em preparação e implementação desses acordos; a reunião da CITEI com a UIT e o setor privado para examinar as oportunidades na região e obter uma descrição da situação real do mercado e o que isto significa para a cooperação entre os setores público e privado; e um workshop sobre gestão dos nomes de domínio na Internet, em que se analisaram os métodos, práticas e modelos de gestão dos Nomes de Domínio do Código de País ccTLD. Para 2004, estão previstos um seminário de segurança cibernética para discutir os enfoques regionais e a possível identificação das normas para apoiar a segurança das telecomunicações na região, ademais de um workshop de redes de próxima geração (NGN), em que serão abordados os desafios da construção de uma NGN fixa/móvel integrada à Internet do futuro, a perspectiva dos operadores sobre as NGN emergentes e a identificação de normas necessárias para as NGN e de possíveis debilidades.

No âmbito da CCP.II (Radiocomunicações, inclusive Radiodifusão) realizaram-se um seminário e uma mesa-redonda sobre o desenvolvimento de serviços de banda larga via satélite em que se deram a conhecer as novas aplicações, tendências e serviços existentes em matéria satelital, e se identificaram importantes assuntos de regulamentação a serem levados em conta para facilitar a implementação desses serviços e aplicações nos Estados membros da CITEI. Além disso,

realizou-se com êxito singular um seminário sobre acesso sem fio por banda larga para estimular o intercâmbio de informação e compartilhar informação relacionada com o desenvolvimento de acesso sem fio por banda larga terrestre, o papel dos reguladores e oportunidades e desafios do lançamento do acesso sem fio por banda larga.

Em que pese os êxitos alcançados, a região das Américas ainda tem pela frente numerosos obstáculos. Devem os governos fazer com que todos os interessados e as forças existentes participem e cooperem para incentivar o desenvolvimento ordenado das redes e dos serviços de telecomunicações, utilizando os sistemas mais adequados e eficientes e disponíveis para que nossos povos possam beneficiar-se do potencial das tecnologias da informação e da comunicação. Por ser um trabalho que cabe a todos, exortamos as administrações e os membros associados a trabalhar ativamente no foro da CITEL em prol desse objetivo.

COMITÊ INTERAMERICANO CONTRA O TERRORISMO

O Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), criado pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1650 (XXIX-O/99), tem como propósito desenvolver a cooperação para prevenir, combater e eliminar os atos e atividades terroristas. Está integrado pelas autoridades nacionais competentes de todos os Estados membros e orienta sua tarefa com base nas convenções internacionais sobre a matéria, nos princípios e objetivos da Declaração de Lima para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo, no Plano de Ação de Lima sobre Cooperação Hemisférica para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo, e no Compromisso de Mar del Plata. Está sediado na Secretaria-Geral da OEA.

Em conformidade com o decidido no Segundo Período Ordinário de Sessões, realizado em El Salvador, em janeiro de 2003, o Plano de Trabalho do CICTE 2003-04 serve de guia para os esforços da Secretaria ao longo de todo o ano. Em 2003, conseguiu-se realizar importantes eventos, entre os quais a primeira reunião de pontos de contato nacionais (PNC) do CICTE, realizada em julho, e a Conferência da OEA sobre Segurança Cibernética, em Buenos Aires, no mesmo mês, sob o patrocínio do CICTE, da CITELE e da REMJA, ademais de ter sido anfitrião do Comitê de Combate ao Terrorismo (CCT) da ONU na Reunião de Seguimento de Organizações Regionais e Sub-Regionais em 7 de outubro de 2003; e o Quarto Período Ordinário de Sessões do CICTE, em Montevideu, Uruguai, em janeiro de 2004. Cabe acrescentar que o CICTE estabeleceu relações produtivas com vários departamentos da OEA e importantes organizações de combate ao terrorismo na comunidade internacional, no cumprimento de seu plano de trabalho e seus objetivos.

Outro acontecimento relevante foi o início da vigência da Convenção Interamericana contra o Terrorismo. Com a ratificação da Nicarágua, México, Peru, Canadá, Antígua e Barbuda e El Salvador, a Convenção entrou em vigor em 10 de julho de 2003. Este acontecimento foi comemorado na Primeira Reunião de Pontos de Contatos Nacionais, em 14 de julho de 2003.

Para ajudar os Estados que ratificaram a Convenção a desenvolver uma legislação que facilite sua efetiva implementação, o CICTE, em conjunto com o Escritório Contra Drogas e Crime (ODC) da ONU, trabalhou na realização do primeiro de uma série de workshops oferecido aos Estados Partes da Convenção, a ser realizado em São José, Costa Rica. Este workshop focalizará o desenvolvimento de projetos e a adoção de legislação nacional para assegurar a vitalidade da Convenção. Assim, complementou um projeto desenvolvido em conjunto com a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) e o Fórum de Presidentes de Assembléias da América Central, para produzir legislação conjunta contra o terrorismo.

O CICTE proporcionou assistência técnica especializada a vários países. Além do já mencionado workshop sobre implementação da Convenção, ofereceu, em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Governo da Espanha, assistência técnica à Unidade de Inteligência Financeira (UIF) da Bolívia, em julho. Peritos e técnicos espanhóis proporcionaram à UIF da Bolívia um treinamento a fundo sobre modalidades e tipologias de financiamento do terrorismo. Como resultado, a UIF está melhor capacitada a enfrentar as responsabilidades contidas nas Recomendações sobre Financiamento do Terrorismo do GAFI. A Secretaria do CICTE também respondeu a um pedido de assistência formulado pelo Governo do Peru para a análise e o esboço de uma nova legislação contra o terrorismo. A Secretaria organizou essa missão juntamente com a ODC-ONU e o FMI e conduziu um workshop interagencial para o Governo do Peru em setembro. Como resultado, organizou-se uma ação entre dependências governamentais para

preparar legislação contra o terrorismo. O treinamento de peritos de um setor do governo dotou o seu capital humano de capacidade para produzir uma versão preliminar de melhoria da legislação de acordo com as normas internacionais. Além disso, a exposição ao processo interagencial deverá melhorar a cooperação intergovernamental em temas de combate ao terrorismo tratados em diferentes ministérios.

Em resposta aos novos interesses em segurança para a infra-estrutura crítica, o CICTE organizou e conduziu a Conferência da OEA sobre Segurança Cibernética, realizada em Buenos Aires, em julho. Este esforço conjunto da CITEL e do Grupo de Peritos em Delito Informático da REMJA, resultou em relevantes progressos para o desenvolvimento de uma estratégia de segurança cibernética global que inclua toda a OEA. Como esforço conjunto, também demonstrou a capacidade de diferentes áreas de interesse da Secretaria-Geral de trabalhar em equipe para obter resultados substanciais em temas que se superpõem. Participaram da Conferência 16 Estados membros, ademais de numerosos representantes do setor privado. Dando seguimento à Reunião, o CICTE continua a trabalhar com a REMJA, a CITEL, os Estados membros e a Comissão de Segurança Hemisférica com o objetivo de desenvolver e preparar a versão preliminar de um documento que contenha uma estratégia global.

Em um esforço para combater o financiamento do terrorismo, a Secretaria do CICTE participou ativamente do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) sobre financiamento do terrorismo. E, em cooperação com a CICAD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o CICTE está preparando um curso de treinamento para as Unidades de Inteligência Financeira (UIFs), que abordará esses temas.

O Secretário Executivo do CICTE reuniu-se com líderes da sociedade civil na área de Foz do Iguaçu para tratar de temas concernentes ao financiamento do terrorismo e sugeriu que adotem princípios de transparência baseados nas recomendações do GAFI para a supervisão das organizações sem finalidade de lucro. Seus comentários foram favoravelmente recebidos e geraram várias notas da imprensa da região acerca das políticas de “conheça o cliente” referentes às doações filantrópicas. O CICTE, com a colaboração dos Estados Unidos, Paraguai, Brasil e Argentina, oferecerá, no final de 2004, treinamento adicional para as UIFs da tríplice fronteira.

No cenário global, o CICTE foi anfitrião da Reunião de Seguimento para Organizações Regionais, Sub-Regionais e Internacionais, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Reunião congregou mais de 200 representantes de mais de 110 organizações e países, que discutiram os meios para avançar na cooperação internacional na luta contra o terrorismo. Presidida pela Ministra das Relações Exteriores de El Salvador, Senhora Maria Eugenia Brizuela de Avila, e pelo Representante Permanente da Espanha junto às Nações Unidas, Embaixador Inocencio Arias, Presidente do Comitê contra o Terrorismo da ONU, a Reunião examinou o papel das organizações regionais e internacionais nos esforços dedicados à luta contra o terrorismo. As áreas chave de discussão incluíram as formas pelas quais as organizações podem compartilhar melhores práticas, o papel das organizações regionais no desenvolvimento da capacidade dos Estados membros de lutar contra o terrorismo e como implementar o programa no nível internacional.

O CICTE encerrou este período com o Quarto Período Ordinário de Sessões, realizado em Montevideu, Uruguai, de 28 a 30 de janeiro de 2004. Nesse período de sessões, os Estados membros aprovaram a Declaração de Montevideu e o Plano de Trabalho para o período 2004-05. As significativas adições ao Plano de Trabalho incluem programas para reunir os novos requisitos de segurança marítima e aérea civil, exigidos pelas normas internacionais.

O alcance dos programas públicos da Secretaria do CICTE expandiu-se consideravelmente

durante o ano. Na Internet, o banco de dados de combate ao terrorismo (OLAT) na página do CICTE, conta atualmente com mais de 370 usuários registrados de todo o mundo. Com mais de 300 documentos, esse banco de dados oferece referência rápida sobre legislação, melhores práticas e peritos em matéria referente ao espectro de tópicos relativos ao terrorismo. A Secretaria também publica mensalmente um Boletim Informativo, *Informe*, que é distribuído a mais de 500 pessoas. O Boletim informa sobre desenvolvimentos e contém notícias recentes em matéria de luta contra o terrorismo e sobre os próximos eventos de interesse para os Pontos de Contatos Nacionais e destaca os novos documentos incorporados ao banco de dados OLAT.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE REDUÇÃO DE DESASTRES NATURAIS

A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) foi estabelecida pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1682 (XXIX-O/99) para tratar dos assuntos relacionados com os desastres naturais e servir de foro principal da OEA para a análise do tema, em coordenação com as organizações nacionais competentes. Presidida pelo Secretário-Geral da OEA, a Comissão é integrada pelo Presidente do Conselho Permanente, o Secretário-Geral Adjunto, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Diretor-Geral da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Secretário-Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e Secretário Executivo do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)/Diretor-Geral da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD).

A CIRDN tem trabalhado na preparação de um plano estratégico para a redução da vulnerabilidade, a gestão em situações de risco e a resposta em casos de desastres. Desde agosto de 2002, um grupo técnico integrado por peritos da Comissão reuniu-se com o objetivo de preparar um plano que foi submetido à consideração do Conselho Permanente e poderia ser apresentado ao próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral. A Comissão também preparou recomendações que foram apresentadas à Conferência Especial sobre Segurança, realizada no México, em outubro de 2003.

Os membros da Comissão deram início a apresentações sobre o Plano Estratégico a várias partes interessadas na comunidade interamericana. Cumpre assinalar também que muitas das áreas de ação do Plano requerem contribuições e decisões dos governos nacionais.

A CIRDN continua a acompanhar a implementação das atividades contidas no Plano Estratégico.

Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM)

No período abrangido por este relatório, a Secretaria-Geral da OEA não efetuou contribuições financeiras significativas em resposta a situações de desastre nos Estados membros.

CENTRO DE ESTUDOS DA JUSTIÇA DAS AMÉRICAS

O Centro de Estudos da Justiça das Américas foi estabelecido pela Assembléia Geral da OEA mediante a resolução AG/RES. 1 (XXVI-E/99) como entidade intergovernamental, dotada de autonomia técnica e operacional, em cumprimento aos mandatos constantes do Plano de Ação da Segunda Cúpula das Américas e às recomendações adotadas nas Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas. Seus objetivos são facilitar o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o intercâmbio de informação e de outras formas de cooperação técnica, e apoiar os processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça da região.

Projetos por área, com base nas três metas do CEJA

Estudar em profundidade os sistemas de justiça e alavancar colocações inovadoras na discussão de reformas judiciais

Projetos na Área de Estudos

Seguimento das reformas processuais penais nas Américas. Em 2001, o CEJA iniciou o projeto de seguimento que estuda em profundidade e de maneira comparativa os sistemas de justiça da região e, em particular, os resultados das reformas da justiça penal implementadas nas duas últimas décadas.

Reformas no sistema de justiça e sociedade civil. Em 2002, o CEJA participou de uma pesquisa auspiciada pelo Programa de Direito e Cidadania da Fundação Ford para o Cone Sul, cujo objetivo foi realizar um exercício de aprendizagem sobre o papel das organizações da sociedade civil nas reformas do sistema judicial, recentemente ocorrido na Argentina, Colômbia, Chile e Peru.

Gênero e reformas da justiça processual penal. O CEJA, com o apoio da Fundação William e Flora Hewllet e da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), realiza um estudo tendente a determinar até que ponto os novos sistemas processuais penais adotam uma perspectiva de gênero no momento de investigar, processar e punir delitos sexuais e outros delitos contra a integridade física, cujas vítimas são principalmente mulheres. O estudo realizou-se no Chile e estende-se à Guatemala, Honduras e Bolívia.

Povos indígenas e reformas da justiça processual penal. Como parte do Programa de Fortalecimento Institucional para a Reforma Processual Penal, da área de Capacitação do CEJA, este estudo, que conta com o apoio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), visa a investigar a perspectiva de diversidade nos processos de reforma da região, especificamente no caso dos indígenas.

Tribunais de mulheres. Com a ajuda do GTZ, o CEJA realizou uma pesquisa cujo objetivo foi aferir os resultados, vantagens e desvantagens da adoção de tribunais de mulheres no Chile, para sua posterior difusão e discussão e para considerar sua extensão a outros países da região.

Administração da justiça e discriminação racial. Por incumbência da OEA, o CEJA desenvolve um estudo relativo à forma em que os sistemas judiciais do Continente encaram o problema da discriminação racial nas Américas

Alavancar a cooperação e o intercâmbio de experiência entre os atores chave do setor da justiça no nível regional

Atividades da área de capacitação

Programa Interamericano de Formação de Capacitadores para a Reforma Processual Penal. O CEJA, com financiamento da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), trabalha em um programa de capacitação destinado a otimizar a implementação da reforma na justiça penal da América Latina, oferecido a autoridades e membros dos organismos e agências vinculados ao processo de reforma processual penal.

Visitas/workshops. Como atividade permanente, o CEJA organiza workshops de campo, em que demonstra experiências bem-sucedidas de implementação e funcionamento de sistemas de processo penal e, concretamente, a experiência do novo sistema processual Chile. Nessas visitas, os participantes comparecem a audiências e/ou júzos orais, familiarizam-se com as instituições que participam do sistema e mantêm entrevistas e reuniões com autoridades de cada uma delas.

Programa de Capacitação de Juízes e outros Operadores da Justiça Penal no Equador. O CEJA, em associação com a Universidade Técnica Particular de Loja e a empresa Globatel, venceu a licitação aberta pela Fundação Esquel – fundos USAID – para preparar e executar um programa de capacitação de juízes e outros operadores da justiça penal no Equador.

Foros virtuais. Periodicamente, o CEJA organiza foros virtuais para discutir temas de interesse e atualidade no nível regional. A modalidade de foros combina um sistema de listas eletrônicas para discussão por correio eletrônico, com subscrição aberta e *chatrooms* moderados por peritos regionais nos temas em debate.

Curso: Litigação oral para um novo processo penal. Em julho, realizou-se na Cidade do México um curso oferecido a membros da Procuradoria-Geral da República, da Defesa Pública de Monterrey e do CIDI. Os 35 participantes do curso capacitaram-se em litigação oral.

Programa de estágios. Este programa é uma forma eficaz de enriquecimento do trabalho do CEJA com a participação de profissionais e estudantes de diversos países da América e de outros continentes. Consegue-se, assim, manter e gerar laços permanentes com instituições e peritos locais.

Projeto de trabalho em rede

Criação de redes diferenciadas de instituições de justiça

Uma das missões do CEJA é facilitar e promover a comunicação entre as instituições públicas e as organizações da sociedade civil no campo da reforma judicial, com a finalidade de facilitar a geração de uma comunidade regional interessada e ativa nos temas da justiça, com sólidos nexos de trabalho entre si.

Projetos de cooperação bilateral

Cooperação bilateral. O CEJA convidou as mais importantes instituições do setor da justiça de todos os países da região a celebrar convênios de colaboração mútua. Isto representa uma base jurídica de imensa importância tanto para compilar a informação e comprometer as instituições com o trabalho em redes, como para visualizar a possibilidade de futuras atividades de cooperação técnica.

Projetos: Eventos internacionais e locais. Outra modalidade desenvolvida pelo CEJA para potencializar a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os atores que integram os sistemas de justiça da região tem sido a organização, co-organização, patrocínio, auspício e participação do Centro como expositor, visitante, observador e assistente de seminários, workshops, reuniões de trabalho, fóruns e encontros.

Gerar e divulgar instrumentos que melhorem a informação sobre justiça nas Américas

Página na Internet.

O CEJA propôs servir como canal permanente e ativo de gestão, coleta e divulgação de informação, leis e estatísticas básicas sobre o funcionamento de sistemas judiciais de cada país da região, de forma simples e a baixo custo. Para tanto, tem aproveitado ao máximo as múltiplas vantagens oferecidas pela comunicação digital, centralizando todos os seus esforços na página www.cejamericas.org, onde se encontra o seguinte:

Portada. Preparada em espanhol e inglês, essa página inicial é atualizada semanalmente com notícias, referências a documentos relevantes, calendário de eventos e acesso preferencial a temas especiais sobre políticas públicas no âmbito da justiça (desenvolvimento de estatísticas judiciais, solução alternativa de conflitos, reformas da justiça, sociedade civil e outros assuntos).

Módulo MARC. A página que dá cumprimento ao mandato atribuído pelo CEJA na REMJA-IV inclui uma biblioteca virtual com documentos, legislação, vínculos com outras páginas da Internet e um indicador completo de centros que oferecem serviços de mecanismos alternativos de resolução de conflitos (MARC) nos diferentes países das Américas.

Biblioteca virtual. Contém documentos *on-line*, legislação, resumos e referências bibliográficas ademais de um sistema de busca para consultas *on-line* dos textos incluídos.

Página de estudos. Contém detalhes atualizados dos estudos realizados pelo CEJA. Especificam-se os objetivos, o contexto, os produtos e os resultados esperados. Também permite acesso a outras informações conexas, tais como os instrumentos de compilação, estatísticas, legislação, notícias e eventos.

Página de capacitação. Contém informação sobre os cursos, programas de estágios e atividades organizadas pela área.

Projetos

Relatório sobre justiça nas Américas. Outra modalidade proposta pelo CEJA para facilitar o intercâmbio de informação e aproveitar as experiências extraídas do trabalho regional é o Relatório Anual sobre os Sistemas Judiciais nas Américas. Esse estudo é financiado por *Human Security Program*, do Governo do Canadá.

Geração de indicadores e estatísticas judiciais. Com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), desde 2001 o CEJA executa este projeto, cuja finalidade é gerar um sistema integral de coleta e processamento de dados para a produção de estatísticas e indicadores judiciais de qualidade, homologáveis e de fácil compreensão e acesso.

Acesso a informação nos sistemas de justiça. Para o CEJA, a existência de sistemas judiciais transparentes, previsíveis, oportunos e de qualidade, é um componente essencial da democracia e do desenvolvimento econômico e social dos países. Este projeto é executado em conjunto com a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH e é financiado pelo Programa de Direitos Humanos e Cidadania para o Cone Sul, da Fundação Ford.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

O Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos foi criado em 22 de abril de 1971, mediante a resolução AG/RES. 35 (I-O/71), aprovada na nona sessão plenária da Assembléia Geral. Tem como função resolver as controvérsias que possam surgir com membros do quadro de pessoal por motivo de decisões administrativas, inclusive as relacionadas com o Plano de Aposentadoria e Pensões da Secretaria-Geral. Compõe-se de seis membros de diferentes nacionalidades, eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral por um período de seis anos. Em cada período de sessões do Tribunal, três de seus membros integram o painel de juízes. O Secretário do Tribunal Administrativo é responsável pela Secretaria do Tribunal, que é uma dependência adjunta à Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral. O Secretário proporciona assessoramento jurídico aos membros do Tribunal, dirige o processo regulamentar a ser seguido pelos recursos interpostos ao Tribunal e está a cargo dos assuntos administrativos relacionados com o Tribunal e sua Secretaria. O Secretário do Tribunal também atua como Oficial Jurídico, sob a direção geral do Subsecretário de Assuntos Jurídicos.

Secretaria do Tribunal Administrativo

Em 2003, o Tribunal Administrativo da OEA, além de suas atividades administrativas, esteve representado por sua Presidente, Juíza Rosa Montalvo Cabrera (Peru) e seu Secretário por ocasião do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Santiago, Chile. Na quarta sessão plenária, realizada em 10 de junho de 2003, a Doutora Alma Montenegro de Fletcher foi eleita como juíza do Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos.

A Presidente do Tribunal, Juíza Rosa Montalvo Cabrera, com a anuência dos seus colegas, cumpriu o seguinte programa de atividades no citado período ordinário de sessões da Assembléia Geral:

Reunião de trabalho com o Diretor Executivo do Centro de Estudos da Justiça das Américas
Reunião de trabalho com a Secretária Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres
Apresentação da Presidente do Tribunal perante a Comissão Geral da Assembléia
Participação na reunião informal entre organizações da sociedade civil e Chefes de Delegação dos Estados membros da OEA.

De 27 a 31 de outubro de 2003, o Tribunal Administrativo realizou seu Quinquagésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões com a participação dos seguintes juízes: Rosa Montalvo Cabrera, Presidente; Lionel Alain Dupuis, Vice-Presidente; Morton H. Sklar; e Agustín Gordillo.

Nessa ocasião, o Tribunal considerou o Recurso N° 276, em que a recorrente alegou incumprimento, pela Secretaria-Geral, dos prazos fixados no artigo 112 do Regulamento do Pessoal e o Recurso N° 280, em que a recorrente requereu ao Tribunal Administrativo o cumprimento dos procedimentos estabelecidos para efetuar as avaliações de desempenho e o direito de ser ouvida nessa matéria antes de adotar a decisão de não renovar seu contrato.

Também no Quinquagésimo Período Ordinário de Sessões, o Tribunal Administrativo aprovou as

seguintes resoluções:

Resolução 344. Homenagem ao Excelentíssimo Senhor Presidente do *Commonwealth* da Dominica, Doutor Nicholas J. O. Liverpool, em que faz constar seu agradecimento pelo elogial vel serviço prestado com distinção e integridade durante o seu mandato como membro do Tribunal Administrativo da OEA.

Resolução 345. Acorda, mediante sorteio, em conformidade com o artigo 2.5 do Regulamento do Tribunal, o primeiro painel para 2004, que ficou constituído pelos Juizes Lionel Alain Dupuis (Presidente), Franz Álvaro Veja Noya y Agustín Gordillo.

Resolução 346. O Tribunal Administrativo outorgou um voto de reconhecimento e sincero agradecimento à Juíza Rosa Montalvo Cabrera por sua intensa dedicação e distinta liderança nos trabalhos do Tribunal Administrativo.

Resolução 347. O Tribunal, visando a esclarecer as manifestações contidas nos instrumentos de petição e resposta, acordou em instruir o Secretário a solicitar argumentos finais por escrito às partes, com antecedência mínima de 15 dias do início da sessão do Tribunal, bem como a convocação de um debate oral em conformidade com o estabelecido no artigo 39 do Regulamento do Tribunal Administrativo.

No âmbito de sua competência, o Tribunal Administrativo considerou a resolução AG/RES. 1974 (XXXII-O/03), referente ao orçamento disponível para 2004.

Também considerou um estudo comparativo apresentado pela Secretaria do Tribunal entre o Estatuto e Regulamento do Tribunal e o Estatuto e Regulamento dos Tribunais Administrativos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Internacional do Trabalho, ademais de um relatório preparado a pedido da Presidente do Tribunal sobre a política da Organização a respeito do código de ética e conflito de interesses que rege os funcionários da OEA. Os juizes acordaram em ter presentes os citados documentos para o projeto de reforma do Regulamento do Tribunal, a ser apresentado no seu próximo período ordinário de sessões de 2004.

Finalmente, em 20 de março de 2003, realizou-se na sede da OEA uma reunião de trabalho com os Secretários dos Tribunais Administrativos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), em que se intercambiaram pontos de vista sobre diferentes aspectos processuais e outros assuntos relativos à coordenação e intercâmbio de informação sobre as atividades que essas Secretarias de Tribunais Administrativos desempenham.

FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO

Estabelecida em 1962, a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) é uma entidade privada não-governamental e sem finalidade de lucro, cujas atividades se desenvolvem exclusivamente na América Latina e no Caribe, em coordenação com a OEA, mediante um Acordo de Cooperação formalizado em 1982, abrangendo os campos do desenvolvimento cultural, científico, educacional, econômico e social e a assistência em casos de desastre. O Secretário-Geral preside a Junta Diretora da Fundação.

A FUPAD foi criada para mobilizar doações públicas e privadas em benefício da população mais desfavorecida do Hemisfério, dotá-la de condições para alcançar um desenvolvimento econômico e social sustentável e responder aos desastres naturais e crises humanitárias. Realiza seu trabalho por meio de associações inovadoras com os setores público e privado para apoiar as prioridades da OEA.

Neste período, as relações entre a Fundação, a Secretaria-Geral e os Estados membros foram fortalecidas por um grau mais alto de coordenação entre as partes e crescentes serviços prestados pela FUPAD na Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Atividades mais importantes

Projeto de gestão de agricultura de encostas (Haiti)

Este projeto é financiado pela USAID para melhorar a produção, processamento e sistemas de comercialização de grupos comunitários, cooperativas e agroindústrias. As organizações capacitadas pela FUPAD desempenham crescentes papéis de intermediários no sistema de comercialização agrícola no país e geram significativo emprego. É complementado por outro programa financiado pela USAID para monetizar grãos, reparar estradas que ligam os centros de produção agrícola aos mercados e escolas rurais, estas utilizáveis como refúgio em casos de desastres, estabelecer sistemas de irrigação e treinar as comunidades em prevenção de desastres. O Governo do Haiti também destinou fundos à FUPAD para construir uma rede de irrigação no sul do país e implementar, com funcionários municipais e residentes locais, medidas para controlar a erosão que afeta a cidade de Cap-Haïtien.

Fortalecimento da capacidade de ONGs (Haiti-República Dominicana)

Novos acordos assinados com a USAID/Washington permitirão melhorar as condições econômicas e sociais na fronteira haitiano-dominicana e combater o tráfico de menores como trabalhadores escravos, o que contribuirá para resolver um importante problema de direitos humanos. Por sua vez, o Banco Mundial e o setor privado financiam, por meio da FUPAD, um projeto de desenvolvimento comunitário em dois municípios daquela área.

Geração de emprego sustentável (Colômbia)

Com o financiamento da USAID e a decidida participação do setor privado, a FUPAD implementa duas importantes iniciativas dedicadas a famílias deslocadas pela violência e agricultores que abandonam os cultivos ilícitos para ingressar na legitimidade produtiva. Os dois projetos abrangem 40.000 famílias em 16 departamentos e 110 municípios, beneficiando quase 200.000 pessoas, das quais 40% são mulheres. A FUPAD alavanca os recursos recebidos da USAID e estabelece alianças estratégicas que incentivam o investimento social corporativo nacional e internacional e a participação do setor público em programas orientados para os setores mais necessitados da população deslocada, particularmente a afro-colombiana em projetos de desenvolvimento rural, incubação de pequenas empresas associativas e microempresas, estabelecimento de centros comunitários de produção que também prestam serviços de educação e saúde e capacitação para ingressar na força de trabalho.

Uma delegação da Junta Diretora da FUPAD, presidida pelo Secretário-Geral da OEA e acompanhada de representantes do Congresso e do setor privado dos Estados Unidos, visitou a Colômbia em novembro de 2003. O grupo manteve entrevistas de trabalho com o Presidente da Colômbia, Doutor Alvaro Uribe, o Embaixador dos Estados Unidos, o Diretor da USAID e altos representantes do Governo e do setor privado da Colômbia. A delegação inaugurou dois importantes centros comunitários. O primeiro, destinado à atenção médica e educacional de 200 crianças e ao treinamento de mães para o trabalho entre a população deslocada afrocolombiana e vulnerável de Soacha, nas imediações de Bogotá, e construído e organizado conjuntamente pela FUPAD, *Minuto de Dios* e *AFRODES*. O segundo, dedicado à incubação de pequenos negócios, a atenção em saúde e educação e a melhoria de habitações para 600 famílias étnicas deslocadas em Riohacha, La Guajira, construído pela FUPAD e a *Caja de Compensación Familiar de la Guajira*, e contribuições do ICBF, do município e da Câmara de Comércio local.

Remessas (El Salvador, México, Haiti)

Imigrantes latinos e caribenhos residentes nos Estados Unidos enviam anualmente mais de US\$32 bilhões em remessas familiares e comunitárias a seus países natais, quantia que supera o investimento conjunto das organizações internacionais de empréstimo da região. A FUPAD, com o apoio da USAID, iniciou três projetos piloto com grupos de imigrantes de El Salvador, México e Haiti nos Estados Unidos para canalizar uma parte de suas remessas para projetos produtivos em suas comunidades de origem. Cada grupo está realizando investimentos iniciais, com contrapartidas de igual valor da FUPAD para desenvolver oportunidades e gerar empregos sustentáveis e incrementar a renda nessas comunidades.

Em El Salvador, trabalha-se com o Comitê Cívico Unido Americano-Salvadorenho ajudando cinco cooperativas rurais a diversificar sua produção agrícola tradicional para novos cultivos comercializáveis no mercado nacional e internacional. No Haiti, colabora-se com a Organização Nacional para o Desenvolvimento Haitiano (NOAH), ajudando cooperativas rurais a plantar 40.000 árvores frutíferas. No México, assessora-se a *Organización de Migrantes por Ayoquezco* (MIGPAO), no desenvolvimento de um modelo inovador de negócios transacionais, para que a comunidade produza e exporte nopal ao mercado americano-mexicano, caracterizado pelo desejo de consumir produtos locais.

Os três projetos fazem parte do Fundo de Desenvolvimento Transnacional iniciado pela FUPAD com o apoio do setor privado, fundações e doadores governamentais e constituem modelos para que outros grupos de imigrantes latinos e caribenhos nos Estados Unidos iniciem projetos de desenvolvimento econômico e social em suas comunidades de origem.

Associações corporativas

Um dos enfoques principais da Fundação é envolver uma ampla gama de sócios hemisféricos no processo de desenvolvimento econômico e social, particularmente o setor corporativo privado representado por bancos, a indústria e o comércio, empresas, câmaras de comércio e associações empresariais. Mencione-se como exemplos: Unibank, Masterfoods e Citigroup, no Haiti; Grupo M, no Haiti e República Dominicana; Banco Agrícola, em El Salvador; Bank Boston, Chevron-Texaco, Occidental Petroleum, 3M, Grupo Bavaria, Câmaras de Comércio e Caixas de Compensação Familiar, na Colômbia; Grupo Altria, na Argentina, Brasil e Paraguai; Massalin Particulares, na Argentina; e Caterpillar, no Peru.

Outros sócios corporativos incluem Landmark Graphics, Stanford Financial Group, Channellock Inc., Cornell Quality Tools, Danaher Tool Group, Genesis Medical Imaging, Meritool e Stride Tool Co., que permitem enviar aos Estados membros 19 doações de equipamento médico e ferramentas para a educação, no valor superior a US\$1,3 milhão. Também se trabalha em estreito contato com as Câmaras de Comércio da América Latina para prestar assistência ao Hemisfério em casos de desastres naturais e apoiar outros projetos da FUPAD na região.

JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS

Em conformidade com a resolução AG/RES. 123 da Assembléia Geral, adotada em 14 de abril de 1973, e a resolução CP/RES. 124 do Conselho Permanente, de 10 de junho de 1975, a Junta de Auditores Externos é responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral. A Junta iniciou suas funções em março de 1976 e adotou regulamentos e procedimentos detalhados para o exercício de seus deveres e responsabilidades no contexto das disposições da Assembléia Geral e do Conselho Permanente que regem a matéria. A Junta compõe-se de três membros, eleitos pela Assembléia Geral.

A Junta de Auditores Externos realizou sua reunião anual de 7 a 11 de abril de 2003, com o objetivo de preparar seu relatório sobre a auditoria externa das contas e dos demonstrativos financeiros da OEA, em conformidade com o artigo 129 das Normas Gerais.

Em 11 de abril de 2003, a Junta apresentou suas observações no documento Relatório ao Conselho Permanente da OEA: Auditoria de contas e demonstrativos financeiros, 31 de dezembro de 2002 e 2001 (OEA/Ser.S, JAE/doc.33/03). O relatório é formado por quatro seções: a) Comentários e recomendações para aperfeiçoar os procedimentos operacionais e controles internos contábeis; b) Demonstrativos financeiros da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos; c) Demonstrativos Financeiros da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento e da Fundação para as Américas; d) Demonstrativos financeiros de outras agências e entidades relacionadas com a Organização dos Estados Americanos.

Com base nos pareceres emitidos pela firma *Ernest & Young, LLP*, uma firma de auditoria independente, os demonstrativos financeiros das entidades auditadas estão de acordo com os livros, registros, documentos e comprovantes da Secretaria-Geral.

Além disso, a Junta tratou de temas, preocupações e recomendações sobre as quais deseja chamar a atenção do Secretário-Geral, da Assembléia Geral e do Conselho Permanente. Com base na sinopse da situação financeira do Fundo Ordinário, dos fundos específicos e das contribuições especiais à OEA, analisou as iniciativas tomadas pela administração da OEA para pôr em prática as recomendações da Junta incluídas no relatório do ano anterior, bem como novos temas que motivam sua preocupação.

A Junta destacou que os auditores independentes emitiram pareceres irrestritos (“limpos”), que representam o melhor resultado possível de uma auditoria, com respeito aos seguintes demonstrativos financeiros de 2002:

Fundo Ordinário da OEA e fundos específicos
Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento
Fundação para as Américas
Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe
Fundo Comemorativo de Beneficência Rowe
Unidade para a Promoção da Democracia
Fundo de Aposentadoria e Pensões
Fundo da Junta Interamericana de Defesa
Fundo Fiduciário de Benefícios Médicos
Projeto de Planejamento para Adaptação à Mudança Climática Global.

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

Estabelecida em 1942 para estudar e recomendar medidas para a defesa do Hemisfério, a Junta Interamericana de Defesa (JID) é a organização militar multilateral mais antiga do mundo. Além de promover a paz e a segurança do Hemisfério, a Junta serve também como organização de fortalecimento da confiança mediante vínculos de cooperação militar e de fomento das relações entre civis e militares. A Junta promove interesses cooperativos de segurança no Hemisfério Ocidental e atua em áreas como a remoção de minas com fins humanitários e as medidas de fortalecimento da confiança, apoiando diretamente as metas da OEA e dos Ministros da Defesa. Supervisa um programa acadêmico de nível superior sobre estudos de segurança e defesa no Colégio Interamericano de Defesa.

A JID continua a desenvolver um trabalho permanente de coordenação e supervisão dos programas de Remoção Humanitária de Minas para a América Central (MARMINCA) e para a América do Sul (MARMINAS), este na fronteira entre o Peru e o Equador, dos quais participam mais de 30 supervisores internacionais, representando as Forças Armadas do Hemisfério, e em apoio permanente à OEA mediante o Programa de Remoção Humanitária de Minas (AICMA). Pessoal do Estado-Maior da JID tem participado de visitas de supervisão e coordenação a MARMINAS. Em Honduras, a JID coordenou-se com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos no emprego de escavadeiras mecânicas originárias da Alemanha, especialmente modificadas para a tarefa de remoção de minas, em apoio ao programa de Honduras como país livre de minas. Também se proporcionou assistência técnica à remoção de minas no Peru e no Equador, mediante cursos de treinamento para sapadores e pessoal técnico. Cabe destacar que, até 1º de abril de 2004, elevava-se a 35.956 o total de minas e artefatos explosivos destruídos, o que significa a limpeza de uma área de quase dois milhões de metros quadrados na região. O Estado-Maior da JID preparou um Manual de Procedimentos Operativos para a Remoção Humanitária de Minas, que contém as normas internacionais e diretivas da JID.

Preparou-se o Inventário de Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança no Hemisfério, atualizado com os relatórios apresentados pelos Estados membros em 2002, bem com o Inventário de Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança em outras áreas extra-regionais. Esses inventários foram enviados à Secretaria-Geral e apresentados à Comissão de Segurança Hemisférica.

O Colégio Interamericano de Defesa (CID) continuou a apoiar seu curso de altos estudos profissionais e interdisciplinares para funcionários civis e pessoal militar e de segurança por meio do seu programa acadêmico de 11 meses, que proporciona amplos conhecimentos sobre os sistemas governamentais, o meio internacional, a estrutura e funcionamento do Sistema Interamericano, operações de manutenção da paz e uma análise de ameaças à segurança hemisférica. Além disso, o CID realizou quatro seminários; sobre ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica; missões de manutenção da paz; gestão de crises; e desastres naturais. Em apoio ao Programa de Educação para a Paz, o CID oferece cursos sobre solução de conflitos e exercícios de gestão de crises que ajudam os participantes a entender e praticar técnicas básicas de negociação, bem como conferências para promover o entendimento regional e avançar nas relações entre civis e militares. O CID oferece dois cursos de Mestrado: um, em serviços internacionais, com ênfase na segurança e defesa, em coordenação com a *American University*, e outro, em defesa e segurança em coordenação com a *Universidad Del Salvador*, da Argentina.

Para expandir o alcance do seu programa acadêmico, o CID preparou o Programa de Estudos à Distância via Internet em cooperação com o Instituto de Assuntos Mundiais, que inclui um curso de resolução de conflitos e gestão de crises.

Na Guatemala, em cooperação com a OEA e a Conferência de Forças Armadas da América Central, o CIDI realizou um seminário sobre preparação de livros brancos e políticas de defesa no nível nacional e regional. O seminário ofereceu uma análise abrangente das novas políticas de defesa na América Central e contou com a participação de representantes civis e militares, que transmitiram a experiência e o conhecimento sobre o tema acumulados por outros países do Hemisfério. Atualmente, o CID trabalha no planejamento e desenvolvimento de um seminário hemisférico sobre coleta, identificação e administração de estoques e destruição de armas pequenas e armamentos leves, a ser realizado na Nicarágua em coordenação com a Secretaria-Geral da OEA e com a participação da CICAD e das Nações Unidas.

Com suas diversas iniciativas acadêmicas, o CID, como objetivo especial, procura o apoio a programas de interesse da OEA, como os de promoção da Carta Democrática Interamericana e promoção de uma cultura democrática por meio da educação.

O CID, por intermédio do seu Presidente, tem mantido presença e participação em todos os eventos mais significativos da OEA, como a Conferência Especial sobre Segurança dos Pequenos Estados Insulares, as reuniões anuais do CICTE, CICAD e CIFTA, a Reunião de Peritos em Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, a Assembléia Geral e a Conferência Especial sobre Segurança. O General-de-Divisão Freeman também participou como orador convidado da Conferência sobre Armas, Drogas e Terrorismo no Hemisfério, organizada pela OEA e a *George Washington University*. Também expôs em diversas ocasiões, perante a Comissão de Segurança Hemisférica, os resultados das diferentes etapas do processo de modernização que está sendo desenvolvido pela JID.

O CID continuou a expandir sua rede de convênios acadêmicos de cooperação com numerosos institutos e universidades militares e civis do Hemisfério, tendo assinado, até o momento, mais de 15 convênios. Como reflexo da importância adquirida no âmbito hemisférico, tanto a JID como o CID receberam numerosas visitas oficiais, como as da Comissão de Defesa Nacional do Congresso Nacional do Peru, do Instituto de Altos Estudos Nacionais do Equador, do Vice-Ministro da Defesa Nacional do Uruguai, do Instituto de Altos Estudos para a Defesa e Segurança Nacional da República Dominicana, do Colégio de Altos Estudos Estratégicos de El Salvador, do Diretor-Geral da Polícia Nacional da Colômbia, do Ministro da Defesa da Argentina, da Escola Militar do Chile, do Colégio Nacional de Defesa de Honduras e do Comandante da Quarta Brigada da Colômbia.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judicial autônoma da OEA cujo objetivo é aplicar e interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte exerce competência de caráter contencioso e consultivo. É composta por sete juízes eleitos pelos Estados partes da Convenção na Assembléia Geral da Organização.

No período abrangido por este relatório, integraram a Corte, por ordem de precedência, os seguintes juízes: Antônio A. Cançado Trindade (Brasil), Presidente; Sergio García Ramírez (México), Vice-Presidente; Hernán Salgado Pesantes (Equador); Máximo Pacheco Gómez (Chile); Oliver Jackman (Barbados); Alirio Abreu Burelli (Venezuela); e Carlos Vicente de Roux Renfigo (Colômbia). O Secretário da Corte é Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica), e o Secretário Adjunto é Pablo Saavedra Alessandri (Chile).

Casos contenciosos, medidas provisórias e pareceres consultivos apresentados à consideração da Corte

No fim de 2002 e em 2003, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos submeteu à consideração da Corte os seguintes casos: *Mapiripán*, contra a Colômbia; Jornal *La Nación*, contra a Costa Rica; *Alfonso Martín del Campo Dodd*, contra o México; *Caesar*, contra Trinidad e Tobago; *Comunidad Yakye Axa*, contra o Paraguai; *De la Cruz Flores*, contra o Peru; *Carpio Nicolle y otros*, contra a Guatemala; *Hermanas Serrano Cruz*, contra El Salvador; *Yatama*, contra a Nicarágua; *Acevedo Jaramillo y otros*, contra o Peru; *Acosta Calderón*, contra o Equador; *Daniel David Tibi*, contra o Equador; *Marco Molina Theissen*, contra a Guatemala; *López Álvarez*, contra Honduras; e o caso *Niñas Yean y Bosico*, contra a República Dominicana. A Comissão formulou pedidos de medidas provisórias nos casos *Comunidades del Jiguamiandó del Curbaradó*, referente à Colômbia; *Lysias Fleury*, referente ao Haiti; e *Marta Colomina e Liliana Velásquez*, referente à Venezuela.

Períodos de sessões

No ano a que se refere este relatório, a Corte realizou quatro períodos ordinários de sessões, nos quais considerou os assuntos indicados a seguir:

No Quinquagésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, realizado de 17 de fevereiro a 8 de março de 2003, a Corte proferiu sentenças sobre o mérito e as reparações no *Cinco Pensionistas*, contra o Peru. Também emitiu resoluções sobre medidas provisórias nos casos *Luis Uzcátegui*, referente à Venezuela; *Luisiana Ríos y otros*, referente à Venezuela; *Liliana Ortega y otras*, referente à Venezuela; *Helen Mack Chang*, referente à Guatemala; *Bámaca Velásquez*, referente à Guatemala; e *Comunidades de Jiguamiandó y del Curbaradó*, referente à Colômbia. A Corte também realizou audiências públicas nos seguintes casos: *Mack Chang*, contra a Guatemala; *Maritza Urrutia*, contra a Guatemala; *Juan Humberto Sánchez*, contra Honduras; *Bulacio*, contra a Argentina; e *Opinión Consultiva OC-18 (Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados)*, com o propósito de ouvir os argumentos orais de diversos Estados membros da OEA que participaram desse Parecer; e nas medidas provisórias dos casos *Luis Uzcátegui*, relativo à Venezuela; *Luisiana Ríos y otros*, relativo à Venezuela; e *Liliana Ortega y otros*, relativo à Venezuela. Finalmente, a Corte acordou em aceitar a decisão do Juiz Abreu Burelli de afastar-se, por razões pessoais, do cargo de Vice-Presidente da Corte e, em consequência, elegeu por unanimidade o Juiz Sergio García Ramírez como Vice-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No seu Quinquagésimo Nono Período Ordinário de Sessões, realizado de 4 a 12 de junho de 2003, a Corte emitiu sentença sobre as exceções preliminares, o mérito e as reparações no caso *Juan Humberto Sánchez*, contra Honduras. Além disso, emitiram-se resoluções sobre medidas provisórias nos casos: *Blake*, relativo à Guatemala; *Helen Mack Chang y otros*, relativo à Guatemala; e *Lysias Fleury*, relativo ao Haiti. A Corte também realizou outra audiência pública sobre a *Opinión Consultiva OC-18 (Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados)*, com o propósito de ouvir os argumentos orais das pessoas, organizações ou universidades que apresentaram documentos de *amicus curiae*.

No Sexagésimo Período Ordinário de Sessões, realizado de 8 a 20 de setembro de 2003, a Corte emitiu sentença sobre o mérito e as reparações no caso *Bulacio*, contra a Argentina; bem como emitiu a *Opinión Consultiva OC-18 (Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados)*. Também emitiu resolução sobre medidas provisórias no caso *Marta Colomina y Liliana Velásquez*, relativo à Venezuela. Além disso, a Corte emitiu resolução sobre o cumprimento da sentença do caso *Benavides Cevallos*, contra o Equador. Finalmente, a Corte designou como seu novo Secretário o advogado chileno Pablo Saavedra Alessandri, que atuava anteriormente como Secretário Adjunto do Tribunal, e que assumiu suas novas funções em 1º de janeiro de 2004.

No Sexagésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, realizado de 20 de novembro a 4 de dezembro de 2003, a Corte proferiu quatro sentenças nos seguintes casos: *Mack Chang*, referente à Guatemala, sobre o mérito e as reparações; *Juan Humberto Sánchez*, contra Honduras, sobre interpretação de sentença; *Maritza Urrutia*, contra a Guatemala, sobre o mérito e as reparações; e *Baena Ricardo y otros*, contra o Panamá, sobre a competência. Também emitiu resolução sobre medidas provisórias no caso *Luisiana Ríos y otros*, referente à Venezuela. Além disso, a Corte emitiu 15 resoluções sobre cumprimento de sentença, nos seguintes casos: *Blake*, contra a Guatemala; *Benavides Cevallos*, contra o Equador; *Barrios Altos*, contra o Peru; *Caballero Delgado y Santana*, contra a Colômbia; *Garrido y Baigorria*, contra a Argentina; *Bámaca Velásquez*, contra a Guatemala; *Hilaire Constantine y Benjamin y otros*, contra Trinidad e Tobago; “*La Panel Blanca*” (*Paniagua Morales y otros*), contra a Guatemala; *Cantoral Benavides*, contra o Peru; *Loayza Tamayo*, contra o Peru; “*Niños de la calle*” (*Villagrán Morales y otros*), contra a Guatemala; *Suárez Rosero*, contra o Equador; *Castillo Páez*, contra o Peru; e o *Tribunal Constitucional*, contra o Peru; bem como o caso “*La Última Tentación de Cristo*” (*Olmedo Bustos y otros*), mediante o qual se decidiu dar o caso por encerrado e arquivar seu expediente. Adicionalmente, a Corte emitiu oito resoluções sobre cumprimento das medidas provisórias nos casos *Marta Colomina* e *Liliana Velásquez*, referente à Venezuela; *Luis Uzcátegui*, referente à Venezuela; *Luisiana Ríos y otros*, referente à Venezuela; *Liliana Ortega y otras*, referente à Venezuela; *Bámaca Velásquez*, referente à Guatemala; *Lysias Fleury*, referente ao Haiti; e *James e otros*, referente a Trinidad e Tobago; bem como no caso *Clemente Teherán y otros (Comunidad Indígena “Zenu”)*, referente à Colômbia, mediante o qual decidiu suspender e dar por concluídas as medidas provisórias ao mesmo referentes. Por último, a Corte elegeu seu novo Presidente, o Juiz Sergio García Ramírez (México) e seu novo Vice-Presidente, Juiz Alirio Abreu Burelli (Venezuela), que iniciaram suas funções no primeiro dia do primeiro período de sessões de 2004.

Nos quatro períodos de sessões citados, a Corte, ademais de considerar diversos assuntos que tramitam perante esse órgão, analisou os diferentes relatórios sobre medidas provisórias apresentados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pelos respectivos Estados. Além disso, o Tribunal analisou os diferentes relatórios apresentados pela Comissão, pelos Estados envolvidos e pelas vítimas ou seus representantes nos casos que se encontram na etapa de

cumprimento de sentença. Também considerou diversos assuntos de natureza administrativa.

Outras atividades

No período abrangido por este relatório, a Corte teve a satisfação de receber os seguintes visitantes: Doutor Martín Sheinin, membro da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas; Doutor Paul Mahoney, Secretário da Corte Européia de Direitos Humanos; Ministro Nilmário Miranda, Secretário Especial de Direitos Humanos do Brasil; Doutor Rafael Chamorro Mora, Presidente da Comissão Centro-Americana de Justiça; Doutor Agustín García Calderón, Presidente da Corte Suprema de Justiça de El Salvador; Doutor Luis Paulino Mora Mora, Presidente da Corte Suprema de Justiça da Costa Rica; Doutor Fausto Alvarado Doderó, Ministro da Justiça do Peru; Doutora Mérida O'Donnell, Representante Regional para o México e a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); Doutor Edgar Armando Gutiérrez Girón, Ministro das Relações Exteriores da Guatemala; Excelentíssimo Senhor Álvaro Uribe Vélez, Presidente da República da Colômbia; Doutora Carolina Barco, Ministra das Relações Exteriores da Colômbia; Doutor Roberto Tovar Faja, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Costa Rica; Doutor Jaime Ruiz de Santiago, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) na Polônia; e o Doutor Prometeo Cerezo, Secretário do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (IHLADI). Além disso, a Corte celebrou vários convênios de cooperação interinstitucional com a Universidade de Brasília, a Universidade para a Paz, o Instituto Max-Planck de Direito Internacional de Heidelberg, o Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile, o Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (IHLADI), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Universidade Central do Chile, o Centro de Direitos Humanos e Cíveis da Universidade Notre Dame, o Conselho de Estado da República da Colômbia, a Universidade Católica *Nuestra Señora de la Asunción*, do Paraguai, e o Ministério Público do Chile. Finalmente, realizou-se a Terceira Jornada de Estudo e Intercâmbio sobre Direito Internacional Humanitário e Temas Relacionados”, entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).